

O INFORMATIVO

DO VALE

Vale do Taquari.
Quinta-feira
12 de maio de 2016

FUNDADO EM 8 DE MAIO DE 1970 POR OSWALDO CARLOS VAN LEEUWEN

Ano XLVI.
Nº 11.039
R\$ 1,75

divulgação

Anderson Riedel/divulgação

11/5/16

O dia que não terminou

» Até as 23h de ontem, 38 dos 70 senadores inscritos para falar na sessão de votação pela admissibilidade do processo que indica o impeachment da presidente Dilma Rousseff, haviam se pronunciado.

O encontro histórico - pois teve o poder de determinar a permanência ou o afastamento temporário da chefe de Nação - foi marcado por fortes e longos discursos, o que acabou inviabilizando a divulgação de seu resultado nesta edição.

O Informativo do Vale traz, no entanto, um apanhado do que ocorreu na Casa Legislativa, comandada por Renan Calheiros; a repercussão no Vale do Taquari entre os dois principais partidos envolvidos - o PT de Dilma e o PMDB de Michel Temer; os rumos que devem ser tomados pelo processo, no caso positivo da admissibilidade; o histórico do processo e a tentativa de reversão, no STF, feita pela Advocacia-Geral da União.

» **TEMA DO DIA**

Páginas 2 e 3

Canudos do Vale registra segundo assalto em menos de uma semana

Página 13

Grupo Carrefour negocia área de terra em Estrela

Página 8

Custo da cesta básica se estabiliza nos mercados de Lajeado

Página 7

Legalidade do Aviso de Irregularidade volta a ser questionada

Página 4

BOX
LOCADORA DE VEÍCULOS

A trabalho ou lazer, será sempre um prazer!

Fone: (51) 3714.6588
locadora@boxlocadoradeveiculos.com.br
Av. Alberto Pasquini, 611 B. Arrebanco - Lajeado/RS

Stacione Rotativo será orientada a ajustar Avisos de Irregularidade

A atuação da empresa em Lajeado está sendo observada pelo Ministério Público desde janeiro



Renan Silva

renan@informativo.com.br

» Lajeado

A Stacione Rotativo poderá ser orientada pelo Ministério Público (MP) a ajustar seus Avisos de Irregularidade. O alerta é da Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado, que teria entendido como abusiva a determinação da empresa de que o documento não pago seja convertido em "multa" de R\$ 20 no prazo de 24 horas após a infração.

Trata-se de mais um capítulo da conturbada história da empresa responsável pelo estacionamento rotativo em Lajeado. Em janeiro, o vereador Ildo Salvi (Rede) havia formalizado uma denúncia no MP pedindo para que ajudasse a resguardar os direitos dos consumidores. A motivação seria o descumprimento das cláusulas do contrato. Segundo o parlamentar, a empresa teria disponibilizado menos monitores para trabalhar nas ruas e menos pontos de venda de créditos do que o estabelecido em contrato.

Desde então, o promotor Sérgio da Fonseca Diefenbach vem acompanhando o caso e observando o cumprimento do serviço. Ainda neste mês, pretende se reunir com representantes do município e da empresa para discutir sobre a atuação da Stacione em Lajeado, e uma das questões será o ajuste dos Avisos de Irregularidade.



ENCONTRO: representantes da empresa se reunirão na próxima semana com o MP e o município

“É uma questão de formalidade de atuação. Num primeiro momento, entendo que a advertência não é legal, ou seja, se o cidadão estiver estacionado sem pagamento do rotativo, ele pode ser multado e autuado pela autoridade de trânsito apenas se flagrado na prática. Parece-nos abusiva essa advertência por a pessoa não ter pago estacionamento e, depois, a empresa comunicar à autoridade de trânsito para fins de multa.”

Aplicação de multa

O Artigo 181 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) determina que as penalidades por irregularidades em estacionamento devem ser aplicadas pela autoridade de trânsito. “Em nenhuma parte do código está permitido transformar uma multa administrativa em uma multa de trânsito”, alerta Salvi. “Só pode aplicar multa quem tem poder de polícia, e não se pode dar esse poder para um ente privado”, argumenta.

Diretor de Trânsito de Lajeado, Euclides Rodrigues explica que o prazo de 24 horas é válido para que o motorista possa quitar aquela irregularidade sem que seja convertida em multa administrativa - e não como limite para virar uma multa de trânsito.

“A empresa não converte aquilo em multa. Após as 24 horas, apenas fica valendo o valor de R\$ 20 do Aviso de Irregularidade.

Se, nesse meio-tempo, a fiscalização do município flagrar a irregularidade, se aplica uma multa, porque só nós podemos fazer. Mas não é algo automático, e a Stacione não faz isso, nem poderia fazer. Só quem tem a prerrogativa de aplicar multas são os fiscais do município”, justifica.

Segundo o gestor da Stacione Rotativo, Vander Silva, nenhuma notificação oficial do MP foi recebida até o momento, mas a empresa deve se reunir com o órgão até a próxima semana. “Já existe uma conversa com a prefeitura para tentar melhorar a cobrança do Aviso de Irregularidade para que seja mais justo. Mas não existe, ainda, nenhuma regra definida, nenhuma data para começar a valer. O que existe é a boa vontade da empresa e a necessidade que a prefeitura impõe para o melhor benefício do usuário”, justifica.

Saiba Mais

Em janeiro, Ildo Salvi entregou um levantamento com o número de monitores da Stacione Rotativo nas ruas de Lajeado. Pelo contrato, seriam necessários 37 funcionários atuando simultaneamente para suprir a demanda. Segundo o levantamento da equipe do vereador, cerca de metade disso estava trabalhando.

O documento foi encaminhado ao Ministério Público para averiguação se houve prejuízo aos consumidores. Segundo Diefenbach, a reunião que será agendada com o município e a empresa servirá, também, para entender quais pontos precisam ser fiscalizados e que aspectos do contrato são inviáveis de serem cumpridos. O vereador aponta, também, atrasos nos repasses da empresa ao município de parte do valor recolhido com o rotativo. Segundo o contrato, a Stacione deve repassar 17,8% do total recolhido para a cidade. “Mas, pelo que sei, isso está em atraso desde outubro. Estão fazendo apenas pagamentos parciais. No meu entender, o governo deve cobrar esse valor com juros. Se não cobrar esse atraso, se configura como renúncia de receita”, opina. Mas segundo o gerente da empresa, a situação não passa de um erro de comunicação. “Estamos pagando em dia os 17,8%. Está tudo conforme o acordado. Na segunda-feira, fizemos o pagamento de mais uma parcela”, esclarece. “A ideia da empresa é publicar, até o fim do mês, nosso portal da transparência. Teremos um site com todos os valores já repassados para a prefeitura, em repasses e impostos. As pessoas devem enxergar de forma bem transparente, para ninguém imaginar números que não são verdadeiros.”

MINUPAR

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A.

Companhia Aberta

CNPJ 90.076.886/0001-40 - NIRE 43300031161

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO

Convocamos os acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 03 de junho de 2016, às 10h00min, na sede da Companhia, na Av. Sen. Alberto Pasqualini, 1535, Bairro São Cristóvão, na cidade de Lajeado (RS), a fim de deliberar sobre: (a) Sem alteração do atual Capital Social da Companhia, o grupamento da totalidade das ações da Companhia, à razão de 100 (cem) ações para 1 (uma) ação, da mesma espécie e classe, nos termos do Art. 12 da Lei 6.404/76; (b) Alteração da redação do Art. 5º do Estatuto Social e (c) Consolidação do Estatuto Social. Instruções Gerais: (i) Para participar e votar na referida Assembleia os acionistas, seus representantes legais ou procuradores deverão observar as disposições previstas no Art. 126 da Lei 6.404/76, apresentando documento hábil de sua identidade e comprovante da qualidade de acionista da Companhia expedido por instituição financeira depositária ou por agente de custódia, demonstrando sua posição acionária. Conforme faculta o disposto no art. 17 do Estatuto Social, o acionista que desejar ser representado por procurador poderá depositar a procuração na sede da Companhia, com até 48 horas de antecedência da realização da Assembleia. (ii) Informações complementares sobre as matérias a serem tratadas na Assembleia, encontram-se disponíveis no site da Companhia, www.minupar.com.br; da CVM, www.cvm.gov.br e BM&F Bovespa, www.bmfbovespa.com.br. Lajeado (RS), 09 de maio de 2016. ANTONIO CARLOS RAGO CANO - Presidente do Conselho de Administração

Selecionamos pacientes para tratamento ortodôntico

"APARELHO DENTÁRIO"

em curso de especialização em ortodontia.

Responsável: Dr. Rodrigo Matos de Souza CRO/RS15947

Contato de segunda a sexta-feira,
no horário comercial (pelo fone 8161-0077).





Rodrigo Martini

martini.jornal@gmail.com
lentem.wordpress.com

Um duríssimo golpe na jovem democracia

Não tem mais volta. O processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff sempre esteve fadado a sair de qualquer forma. Houvesse crime ou não. Se o PT fez o "diabo" para se manter no poder, a oposição se abraçou a ele para derrubar o partido popular que governa o país faz 13 anos.

O partido que ostenta o número 13 deixará o comando do país até esta sexta-feira 13. Será um esmorecido fim político para a primeira presidente mulher do Brasil, que se mostrou, acima de tudo, incapaz de manter a instabilidade governamental diante da primeira tempestade enfrentada desde que assumiu, em janeiro de 2011. Ela naufragou.

Dilma governou razoavelmente bem até o fim do primeiro mandato. Navegou em mares calmos, é bem verdade, diante de uma oposição ainda controlada por meio de obscuras manobras. Veio no embalo dos bons índices de aprovação do antecessor, Lula, e se manteve nas alturas graças aos programas sociais que funcionaram relativamente bem até o pleito de 2014. Mas tudo mudou.

A presidente visivelmente perdeu as rédeas logo após a reeleição. Começou mal, ao erguer o braço de Lula no dis-

curso da vitória e chamá-lo de "presidente". Ali, mostrou aos seus 54 milhões de eleitores que ela, de fato, não era a governante. E quando não se assume o leme, não adianta lamuriar quando estiver sozinha na berlinda.

Acreditar que o apoio popular seria um eterno álibi para uma série de erros e atos ilícitos foi outro erro de Dilma. Mensalão, Petrolão, Lava-Jato, dinheiro de propina em campanha e outros fatos jamais vão apagar os ganhos sociais do Brasil nestes últimos 13 anos, é fato. Mas retiraram boa parte do poder de persuasão do PT sobre os militantes de esquerda. Outro fato.

Aliado a essa série de escândalos de corrupção, verifica-se ainda uma determinante traição aos ideais da esquerda nacional. Dilma e a popular sigla vermelha se aliaram a partidos cujas ideologias são completamente opostas ao ideal socialista. Distribuíram ministérios para inimigos e torraram dinheiro público com novas "secretarias" só para atender partidos "aliados".

E não é só isso. Dilma falhou ao não cumprir promessas feitas à população, como a extinção de ministérios e CCs. Falhou criminalmente ao nomear como ministro um cidadão

investigado pela PF e MP. Falhou, ainda, ao permitir que os atrasos de repasses aos bancos públicos atingissem patamares jamais vistos na história, dando certa margem de razão aos opositores.

A presidente também falhou ao retirar recursos do Pronatec, do Fies, da educação, da saúde, da infraestrutura....Falhou em não admitir os problemas financeiros no período pré-eleitoral. Falhou em deixar obras públicas já iniciadas pela metade, como é o caso da nossa BR-386. E falhou cruelmente com a sua esquerda, ao vetar a prometida auditoria das dívidas públicas.

E, mesmo diante de tantos falhas, entendo que o impeachment ainda é um golpe – no sentido literal da palavra – muito duro na nossa jovem democracia. Muito em respeito aos votos de amigos petistas, pelos quais tenho imensa consideração, tanto pela honestidade como pela sensatez desses. Mas, melancolicamente, Dilma fez por merecer.

Se isso tudo é um golpe de Estado ou simplesmente impeachment, eu não sei. Essa conclusão eu deixo para o leitor. Concluo apenas que golpe é tratar esse processo como "o fim da corrupção". Pois não é. Definitivamente, não é.

Prefeitos, literalmente, "marcham" no caos de Brasília

Fico cá com meus botões: o que os prefeitos do Vale do Taquari estão fazendo em Brasília neste momento explicitamente conturbado da política nacional? O que os prefeitos de pequenas cidades da região esperam conseguir na capital federal durante o período mais conturbado do milênio? Quem eles imaginam que prestará atenção neles?

É evidente que a Marcha dos Prefeitos não terá resultado algum diante de tantos outros assuntos em pauta no Distrito Federal. Nem em dias mais calmos costuma fazer efeito. Assim como é evidente que o gasto de recursos do contribuinte para bancar as viagens e as estadias dos gestores municipais é um desperdício completo. No mês passado, foram os vereadores.

Tiro Curto

– A atriz lajeadense, Gabriela Munhoz, é uma das protagonistas do filme *Vidas Partidas*, do diretor Marcos Schechtman, e protagonizado também pelos atores Domingos Montagner e Naura Schneider. O longa é inspirado nas estatísticas de crimes praticados contra a mulher;

– Cinco vereadores assinaram, no dia 6 de abril, o pedido de abertura da CPI do PAC em **Lajeado**. Desde então, o presidente, Heitor Hoppe (PT), segue protelando o inquérito;

– Prefeitura de **Colinas** foi condenada por demitir funcionário público em 2012. O Tribunal de Justiça ordena a reconstrução em até 15 dias do servidor, e exige pagamento ao réu – que também reclama de perseguição pelo gestor da época – do equivalente à remuneração que deixou de receber desde março daquele ano até sua efetiva reintegração. A dívida será alta;

– O advogado, José Antônio Paganella Boschi, desembargador aposentado do Tribunal de Justiça e promotor no famoso "Caso Alex Thomas", vai defender o prefeito de **Estrela**, Rafael Mallmann (PMDB), no processo de improbidade movido pelo MP em função da compra de um prêmio;

– Caso o deputado federal Waldir Maranhão, (PP-MA) seja afastado da presidência da Câmara, assumirá o parlamentar Fernando Giacobbo (PR-PR), que já foi réu no STF em três ações – todas prescritas – e ganhou na loteria 12 vezes em um período de 14 dias, em 1997;

– A câmara de **Fazenda Vilanova**, por meio do presidente, Léo Motta (PSD), arquivou o projeto de iniciativa popular que visava reduzir o salário dos legisladores. Em, Teutônia, parlamentares querem fazer o mesmo. A desculpa esfarrapada é sempre a mesma;

– Em Lajeado, virou rotina a presença de ex-secretários – e pré candidatos a vereador – em fotos de **ações do Executivo** divulgadas pela Assessoria de Imprensa. Boa quinta para todos!

"Democracia é a forma de governo em que o povo imagina estar no poder."

Carlos Drummond de Andrade

Assessoria, Consultoria e Licenciamento Ambiental

LOGICA
Gestão Ambiental Inteligente

51 3726.3101

www.gestaologica.com.br

Rua Duque de Caxias, 812, Lajeado/RS

Qualidade é viver
com saúde, sempre!



Dr. Jamal Saleh Barghouti
Cirurgião-dentista
Especialista em Ortodontia,
Ortopedia Facial, Cirurgia e
Traumatologia Bucomaxilofacial
CRORS 10945

Dra. Iloni Barghouti
Pneumologista
Problemas respiratórios
CREMERS 18578

Av. Benjamin Constant, 940 - Sala 102 - Térreo - Lajeado/RS - Fone/fax: 51. 3714-3810 Fone: 51.3748-5350

TURBULÊNCIA NA POLÍTICA

Impeachment pode travar coligações no Vale

Diretório estadual do Partido dos Trabalhadores (PT) se manifesta contrário a coligações com siglas cujos representantes se posicionaram favoráveis ao impeachment. O PT mantém alianças em pelo menos 11 cidades do Vale, onde líderes municipais veem com preocupação a normativa da executiva do RS. Votação do processo de impedimento de Dilma Rousseff iniciou no Senado.

País

“Golpistas não serão aliados do PT”. Foi com essa frase que a Comissão Executiva Estadual do Partido dos Trabalhadores (PT) anunciou a orientação para que os diretórios municipais evitem coligações com siglas apoiadoras do processo de impeachment contra a presidente, Dilma Rousseff. Decisão ainda será avaliada pela cúpula nacional do partido.

Para a executiva do PT no estado, “as alianças municipais devem ser construídas sobre bases programáticas, abrangendo partidos que compõem a Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo e também setores e personalidade que se posicionaram em defesa da democracia e contra o impeachment”.

A decisão publicada no dia 2 de maio atinge em cheio diversas coligações estabelecidas no Vale do Taquari. A principal envolve **Lajeado**, município mais populoso, onde o prefeito do PT, Luís Fernando Schmidt, costura aliança com o PTB, do vice-prefeito, Wilson Jacques, ex-PMDB.

“Por se tratar de municípios pequenos, onde uma coligação pode ser imprescindível, abrir mão de um aliado será uma decisão muito difícil”

Ricardo Ewald

Presidente do PT de Lajeado

Antes mesmo de ser confirmada pelo diretório nacional, a determinação da executiva estadual provoca polêmica. Conforme o presidente do PT no RS, Ary Vanazzi, é preciso mais “rigor no momento de conciliar dobradiças”, sob risco de “se aliar com partidos cujas ideologias diferem do ideal petista”.

Apesar disso, Vanazzi acredita na possibilidade de negociar, caso a caso, com os candidatos a majoritária pelo Estado. É a mesma opinião do presidente da sigla no Vale do Taquari, Cláudio Roberto dos Santos, de **Bom Retiro do Sul**. “Não podemos ser parceiros de diretórios municipais que se posicionam contra nosso partido. Mas teremos graves problemas se cumprirmos à risca essa normativa.”

Santos cita pelo menos 11 cidades da região onde o PT mantém — ou planeja — coligação com partidos favoráveis ao impeachment. Entre os municípios lembrados por ele, estão **Westfália, Bom Retiro do Sul, Arroio do Meio, Tabaí, Fazenda Vilanova, Paverama, Teutônia, Encantado, Taquari, Sérgio, Canudos do Vale, Travesseiro**, além de Lajeado.



Presidência do Senado abriu ontem o processo de impeachment. Previsão é

“Não vai ser fácil essa negociação. Creio ser essencial uma avaliação local de cada caso. Verificar, por exemplo, se o candidato do outro partido se manifestou contra a Dilma em jornais, redes sociais e afins. Diante disso, é interessante que os próprios diretórios dispostos a serem parceiros do PT comecem a cuidar dessas atitudes”, sustenta o coordenador regional.

Punições não estão descartadas

Sobre possíveis sanções aos candidatos do PT que, por ventura, desrespeitem as determinações da executiva nacional e estadual, ele prefere manter a cautela. “Ainda é cedo para abordar dessa maneira o assunto. Por se tratar de municípios pequenos, onde uma coligação pode ser

Reportagem: Rodrigo Martini



que a votação ocorra até amanhã

imprescindível, abrir mão de um aliado será uma decisão muito difícil", antecipa.

Em Lajeado, o presidente da sigla, Ricardo Ewald, já se manifestou contrário à determinação do PT estadual. Segundo ele (que pretende ignorar a decisão e garante não ter sido informado oficialmente pelo diretório de Porto Alegre) a coligação com partidos como o PTB e o PSB – apoiadores

do impeachment no país – está confirmada para outubro de 2016.

"A decisão é deles. Não nos cabe opinar"

Para o coordenador regional do PMDB no Vale do Taquari, Norberto Dalpian, a decisão de coligar ou não com partidos contrários – em âmbito nacional – ao governo da presidente Dilma Rousseff deverá ser tomada tão somente pelos correligionários e agentes públicos petistas. "Não tenho como opinar, a decisão é deles. E eu acredito que será acatada. Se assim for, não há o que fazer."

Dalpian cita pelo menos seis prováveis coligações do PMDB com o PT na região, e garante não haver qualquer determinação do diretório nacional e tampouco do Estadual no sentido de evitar dobradinha com petistas. "Ficaremos reféns de uma decisão unilateral. Estamos na expectativa, e é nosso interesse seguir junto com eles onde os trabalhos vêm sendo bem realizados", finaliza.

"O PTB não recebe determinação de outros"

Presidente regional do PTB, o assessor parlamentar, Fabiano Diehl, garante que o partido "não recebe determinação de nenhuma outra sigla". "É com eles essa decisão", comenta. Ele fala sobre a coligação com o PT em Lajeado, onde os trabalhistas mantêm ocupada a cadeira do vice-prefeito.

"Temos coligações com o PT em alguns municípios. Em Lajeado, temos um ótimo diálogo com o prefeito Luís Fernando Schmidt, e a intenção é manter a dobradinha para esta eleição." Ele salienta ainda que as convenções acontecem só a partir de julho, e "qualquer manifestação é precipitada". A legislação eleitoral define que a homologação das coligações ocorre entre 20 de julho e cinco de agosto.

Processo de impeachment no Senado

A votação da admissibilidade do impedimento da presidente pelos senadores iniciou durante essa madrugada. A projeção do presidente do Senado Federal, Renan Calheiros (PMDB), é finalizar o processo até amanhã. Dos 81



Presidente Dilma Rousseff prepara uma cerimônia no gabinete presidencial assim que receber decisão do Senado

parlamentares, 41 precisam votar "sim" para que Dilma Rousseff seja afastada por 180 dias. Após, haverá novo pleito para decidir pela cassação ou não do mandato.

Pelas projeções divulgadas na

imprensa nacional, 52 senadores já se manifestaram favoráveis ao seguimento do impeachment, 21 contra, três indecisos, três não responderam e dois poderão se ausentar da sessão plenária. Pelo

Estado, a expectativa é de votos contrários ao mandato de Dilma pelos parlamentares Ana Amélia Lemos (PP) e Lasier Martins (PDT), e de apoio pelo senador Paulo Paim (PT).



Vamos analisar caso a caso nossas alianças"

Presidente estadual do PT, Ary Vanazi condiciona a decisão de proibir as coligações com partidos favoráveis ao impeachment

A Hora – Qual a posição do PT, afinal, sobre coligações com partidos apoiadores do impeachment?

Ary Vanazi – Não é uma ação definitiva. Se trata de uma orientação estadual do nosso partido. Dia 17 de maio, em Brasília, o diretório do PT discutirá isso como política nacional. Já dia 21 de maio, em Porto Alegre, vamos discutir novamente com a direção da sigla no Estado, e aí sim criar uma resolução oficial sobre esse tema das alianças. Nossa posição hoje é ser contra coligações com siglas que foram favoráveis ao golpe. Orientamos, prioritariamente, alianças com PC do B, PSol e PDT. Entendemos que esse é um bloco necessário para fortalecer a esquerda e enfrentar esse novo cenário nacional.

A Hora – São pelo menos 11 cidades do Vale com alianças. Haverá exceções?

Vanazi – Vamos analisar caso a caso nossas alianças. Por exemplo, em um município onde o PMDB tem o vice do PT, e esse agente ou futuro candidato peemedebista não organizou, se manifestou ou expressou posição favorável ao golpe, é uma aliança que não é problema, que podemos tratar. Nós não vamos permitir aliança com candidatos que se manifestaram ou escreveram em redes sociais palavras favoráveis ao golpe. Isso não tem jeito. A decisão é uma forma de cortar de forma mais clara



as relações com essas pessoas.

A Hora – Qual o principal objetivo dessa resolução?

Vanazi – A orientação tem como objetivo mudar o próprio partido. Dar mais nitidez política ao PT. Há um setor significativo da sociedade que nós recuperamos nos debates, que voltaram a confiar no partido. Não podemos mais fazer aliança 'a rodo'. Acho que o PT, após a passagem do Lula pela presidência, foi muito pragmático. Fez aliança só olhando a questão eleitoral. Isso nos levou à coligações que deram pouco resultado de ponto de vista estratégico. Hoje, quando a classe trabalhadora corre risco de perder conquistas históricas, poucos aliados se manifestam contrários a isso. E essa política de aliança se radiou por estados e municípios. É preciso mudar. Assim como é necessário insistir nas reformas políticas, principalmente o fim do financiamento empresarial de campanha e a criação de siglas sem ideologia.

Município amplia área de escola

Colinas

A administração municipal dá continuidade as obras de ampliação da Escola Municipal de Ensino Fundamental Ipiranga. A previsão é que os trabalhos sejam concluídos até o fim do ano. O complexo terá quadra escolar coberta, mais salas de aula e um auditório. O investimento chega a R\$ 2 milhões, sendo R\$ 1,5 milhão do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e o restante de contrapartida.

Conforme a secretária de Educação, Tânia Fensterseifer, a obra visa melhorar a organização dos espaços, proporcionando um ambiente de trabalho e de estudo amplo e adequado para diversas atividades didático-pedagógicas realizadas no turno regular e no contraturno. Além disso, vai proporcionar um espaço adequado para a prática de Educação Física, de atividades recreativas para todos os alunos e ainda para eventos na área da educação e da cultura.

Mutirão contra o mosquito

Cruzeiro do Sul

Desde segunda-feira, as agentes comunitárias de Saúde realizam combate ao mosquito *aedes aegypti* na zona urbana. Dessa forma, 19 agentes de Saúde e um agente de Controle de Endemias visitam imóveis.

Esse mutirão será mantido até o fim de junho. As agentes de Saúde da zona rural continuarão realizando esse mesmo tipo de atividade na área de abrangência. A administração municipal solicita que a população receba de forma amistosa os agentes, bem como continue fazendo a sua parte no que diz respeito aos cuidados com a água parada.

Recurso para patinação gera divergências

Votação de projeto foi postergada

Lajeado

Um convênio entre a União e a administração municipal pretende transformar a cidade em polo nacional da patinação ao implantar um centro de treinamento no ginásio Nelson Brancher. O projeto de R\$ 365 mil está sob análise dos vereadores.

Na sessão da câmara dessa terça-feira, o vereador Antônio Schefer (PMDB) pediu mais tempo para análise devido à contrapartida municipal de R\$ 65,7 mil – R\$ 300 mil restantes será repassado pelo governo federal. Schefer questiona os valores destinados ao esporte, por meio do patinador Marcel Stürmer, e cobra mais investimentos para outras entidades.

O tema veio à tona durante a sessão dessa terça-feira, após Schefer afirmar que não é justo investir R\$ 65 mil no esporte quando faltam recursos para pagar o IPVA dos automóveis do município e saúde da população.

Em contraponto, o vereador Sérgio Kniphoff (PT) classificou o projeto como “fantástico” e destacou o interesse da comunidade lajeadense na patinação. “O governo federal quer investir na capacidade de novos atletas. Isso está começando a acontecer aqui em Lajeado.”

O projeto deve retornar à votação na sessão do dia 17. Schefer pretende votar contra e instigar demais vereadores a serem contrários.

Sobre o centro de treinamento

O centro de treinamen-

to leva o nome do patinador Marcel Stürmer, tetracampeão pan-americano e campeão mundial. Para ele, o valor será multiplicado em benefícios no futuro. “O esporte, além de transformar o atleta, molda o caráter, afasta de uma vida negativa e melhora a saúde.”

Conforme o projeto, 40 alunos de 6 a 10 anos serão beneficiados diretamente. Uma seleção será feita para definir os participantes. Os R\$ 365 mil serão utilizados para equipe especializada e compra de equipamentos esportivos. Contrato terá vigência até abril de 2017.



O esporte, além de transformar o atleta, molda o caráter, afasta de uma vida negativa e melhora a saúde

Marcel Stürmer

Patinador



Opiniões distintas

O vereador Antônio Schefer acredita que o repasse de verbas públicas para o patinador Marcel Stürmer deve ser evitado. No outro lado, o esportista realça o propósito do centro de treinamento, que é transformar a cidade em polo da patinação.

“Voto contra e vou fazer o que puder para votarem contra”

A Hora – Por que o senhor pediu vistas ao projeto?

Antônio Schefer – O motivo é o seguinte. Esse rapaz (Marcel Stürmer) no ano passado já levou R\$ 50 mil. Tenho uma lista grande de valores que ele já levou. São valores altos. Agora veio pelo governo federal R\$ 300 mil e de contrapartida a prefeitura tem de dar mais de R\$ 60 mil. Acho injusto isso aí, ainda mais devido às dificuldades financeiras que enfrenta o município.

Gosto do rapaz e acho que ele faz um bom trabalho. Mas acho que a renda precisa ser distribuída para mais entidades.

Quais seriam as outras entidades que deveriam receber incentivo?

Schefer – Têm várias entidades que não estão recebendo. Pro clube dos Quinze disseram que deram dinheiro, mas não deram. Já passou o projeto, mas não pagaram.

Na próxima sessão, acaba o período de vistas ao projeto. Qual será seu posicionamento sobre ele?

Schefer – Vou entregar o projeto e mostrar os valores que já foram retirados da prefeitura. Tá certo que o rapaz representa Lajeado e que é um guri bom, mas não é por aí. Eu voto contra e vou fazer o que puder para votarem contra. Não acho justo isso aí. Todo o ano é R\$ 50 mil, R\$ 60 mil. Isso não é justo ainda mais na situação financeira que está passando o estado e o município.

“Essa verba não é para o Marcel”

A Hora – Qual a sua opinião sobre o pedido de Schefer?

Marcel Stürmer – Esse é um projeto que qualquer município gostaria de receber. Tenho certeza que Lajeado está abraçando esse projeto. A prefeitura já abraçou. A população já abraçou e acho que os vereadores também abraçaram.

Não podemos, pela opinião de um vereador, tomar como sendo opinião do grupo todo. Acredito que os vereadores apoiem o projeto. Conversei com vários e todos estão felizes com a verba.

Qual a importância do projeto para a região?

Stürmer – Esse projeto está associado ao meu nome, pois ajudei a buscar uma verba de R\$ 300 mil em Brasília. Pegar R\$ 300 mil e investir R\$ 60 mil. Esse é um ganho muito grande.

Esse valor se multiplica, pois no futuro se economiza em outros tipos de projetos como para prevenção do uso de drogas. O esporte, além de transformar o atleta, molda o caráter, afasta de uma vida negativa e melhora a saúde.

Essa verba não é para o Marcel. Não é para a patinação. É para a gente continuar tendo grandes atletas na cidade de âmbito nacional ou internacional.



Assembleia **autoriza** licitações de rodovias

Com emendas, governo tem três meses para enviar marco regulatório dos pedágios

Estado

O governo do Estado conseguiu aprovar duas medidas que alteraram o funcionamento da EGR e regularizam a concessão de estradas. Com a vitória, o Estado poderá realizar licitações entregando a administração das rodovias estaduais para empresas por 30 anos. As propostas deixaram os conselheiros do Corepe do Vale do Taquari apreensivos.

Entre as preocupações dos representantes, estava a redução da participação e consequente extinção, tanto do conselho quanto da própria EGR. Entretanto, o presidente da empresa, Nelson Lidio Nunes, descartou essa possibilidade em reunião com os conselheiros no mês de março. Segundo o dirigente, mesmo com a redução do conselho administrativo, o PL 41 garantiu o fortalecimento da empresa. Isso porque ele permite que a EGR concorra às concessões de estradas junto com empresas privadas.

Apesar de ter, ao menos por ora, a certeza de continuidade, os

representantes do Corepe do Vale tiveram muitas ressalvas ao PL 47 aprovado na terça-feira, 10. O principal questionamento é quanto ao tempo de concessão.

A previsão é de que as empresas detenham o controle das estradas por 30 anos. Os representantes ficaram apreensivos com a proposta inicial, considerada muito ampla e sem possibilidade de revisão dos contratos. Porém, as seis emendas aprovadas melhoraram o projeto na avaliação dos conselheiros.

Mesmo assim, ainda fica o questionamento em relação à possibilidade de estradas não pedagiadas serem abandonadas. Na análise de alguns conselheiros, uma das cláusulas do projeto dá a entender que a empresa cuide apenas das estradas com cobrança de tarifa. O que não é o caso do trecho da ERS-128 em Teutônia, hoje administrado pela empresa.

Proposta aprovada com mudanças

Entre as emendas aprovadas, a principal é a que obriga o Exe-



Com as vitórias no plenário, governo já pode iniciar a busca por empresas interessadas nas rodovias do estado

cutivo estadual a apresentar o Marco Regulatório para os pedágios nos próximos 90 dias. A emenda foi apresentada e defendida pela bancada do PDT, que compõe a base do governo Sartori.

Na semana passada, os parlamentares do partido se recusaram a votar a proposta sem a inclusão do marco. Além disso, os deputados também defenderam

que os contratos criem a possibilidade de o governo rescindir

os acordos bem como a revisão pelas agências reguladoras.



EMENDA É RECUSADA

Ao longo da votação do PL 47, os deputados estaduais avaliaram 27 emendas, das quais apenas seis foram aprovadas. Entre as propostas recusadas, estava a que

que isentava os moradores das cidades com praças de pedágio do pagamento da tarifa. A proposta, porém, foi recusada pelo plenário da assembleia.

Pontilhão de Alto Conventos é reconstruído

Lajeado

A administração municipal, por meio da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos (Sosur), iniciou a reconstrução de um pontilhão em Alto Conventos, paralelo à estrada geral. A passagem sobre o Arroio das Antas deve ficar pronta nos próximos dias. Para tornar o pontilhão resistente às forças das águas, as alas da estrutura estão sendo reconstruídas.

Também em Conventos, na rua Ottilia Beuren Rockenbach, prosseguem as obras de reconstrução do pontilhão que desabou após uma enxurrada que elevou o nível das águas do Arroio das Antas. Além das cabeceiras, com alas em pedra grês, serão reconstruídas as vigas e instalados pranchões na estrutura. Licitada pelo valor de R\$ 48,4

mil, a obra de reconstrução será custeada com recursos da Sosur. O titular da pasta, Osmar Rossner, destaca que outros R\$ 31mil foram investidos na reconstrução do pontilhão de Alto Conventos, em andamento, bem como da rua Henrique Otto Scherer, em Conventos, e o outro em São Bento, na rua João Reinoldo Saffran, que já estão concluídos.

Paralelamente, as equipes da Sosur patrularam e revestiram com material britado a Rua Equador, no Bairro das Nações, Reinoldo Saffran, em São Bento, bem como a rua Selma Weissheimer e suas transversais, no bairro Montanha. A estrada geral de Conventos também recebe as melhorias. Segundo Rossner, nos próximos dias os trabalhos terão prosseguimento nas vias do bairro Moinhos D'Água.

Empresa que fará centro comunitário está definida

Santa Clara do Sul

A antiga Escola Municipal Armindo Bruch, cujas atividades foram paralisadas em 2009, dará lugar a um centro comunitário em Sampaio. A obra será realizada pela empresa Pinoh Engenharia Eireli, de Encantado, vencedora da licitação, pelo valor de R\$ 179.951,93. A assinatura do contrato entre a construtora e a administração municipal ocorreu na semana passada.

Nesta semana foi demarcada a área onde será construída a estrutura. A próxima fase da obra prevê a terraplanagem do local, cujo serviço será realizado pelo Executivo. "Assim que esse trabalho es-

tiver concluído, nós iniciaremos a construção do centro comunitário", adianta o proprietário da construtora, Giuliano Santos Gheno.

A obra atende o projeto da administração municipal de beneficiar todas as localidades do município. "Seja por meio de obras ou por repasse de recursos, estamos auxiliando as comunidades a se estruturarem. É essencial que haja qualidade de vida tanto no centro como no interior", salienta o prefeito Inácio Herrmann.

O centro comunitário terá 198 metros quadrados de área e será denominado de Armindo Bruch, atendendo uma sugestão dos moradores

de Sampaio de homenagear o falecido líder comunitário. A sede social será construída no terreno de propriedade do Executivo onde funcionava a escola local.

De acordo com o projeto elaborado pelo Setor de Engenharia da prefeitura, o prédio contará com duas salas para reuniões, dois banheiros, cozinha e uma área aberta.

A estrutura poderá ser usada para sediar eventos comunitários, encontros do clube de mães e dos grupos de bolão de mesa e de idosos, reuniões das associações e velórios, além de servir como local para a Justiça Eleitoral instalar uma mesa eleitoral em outubro.